

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Corte nas desonerações.....	2
Título: Reforma inesperada.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: + ERRAMOS	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	6
Título: Sem interessados, usina vai, de novo, a leilão.....	6
Título: 2017 será o ‘ano da virada’, diz Parente.....	7
Título: Notas	8
Título: Maduro troca vice-presidente e reforma seu gabinete.....	9
Título: PF indicia ex-gerente de Abreu e Lima	9
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	10
Título: Preço da gasolina dispara e chega a R\$ 3,93 no DF	10
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Descoberta de óleo e gás no país cai 70% em 2016	11
Título: O Pró-Álcool visto no exterior.....	12
Título: Destaques	14
Título: Capacidade limitada de transmissão afeta usinas do Madeira	15
Título: PwC e Ceres prestarão consultoria às distribuidoras da Eletrobras	17
Título: Cresce a produção fora do âmbito da Petrobras no país	18
Título: Statoil vai perfurar 30 poços e ressalta Brasil.....	20
Título: Usinas reajustam preço para distribuição e montadoras	21
Título: Em carta, CEO da Petrobras critica proposta de greve	23

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bárbara Nascimento e Danilo Fariello****Título: Corte nas desonerações**

Governo encerra incentivos a cinco setores, o que deve resultar em um alívio de R\$ 3,3 bi.

Na tentativa de incrementar as receitas, em queda livre nos últimos anos, o governo decidiu não renovar desonerações concedidas pelos governos Lula e Dilma Rousseff a alguns setores da economia. Dados da Receita Federal, levantados a pedido do GLOBO, mostram que incentivos tributários dados a cinco setores tiveram sua vigência encerrada no ano de 2016 e não foram renovados. Entre eles estão, por exemplo, o sucroalcooleiro e o de telecomunicações. Com isso, o governo deve ter um alívio de pelo menos R\$ 3,3 bilhões anuais, valor equivalente à renúncia de impostos desses setores em todo o ano passado.

As desonerações que venceram durante 2016 e não foram renovadas incluem o crédito presumido de PIS/Cofins para importadores ou produtores de álcool; o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Repenec); os incentivos de PIS/Cofins e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para implantação de rede de banda larga; o Imposto de Renda sobre a aquisição de Vale Cultura por empresas; e a desoneração das alíquotas de PIS/Cofins de jornais e periódicos. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tem sinalizado há meses a intenção de passar um pente-fino para reduzir ou encerrar programas de desonerações tributárias. O objetivo da equipe econômica é acabar aos poucos com incentivos para setores muito específicos e deixar apenas programas que atendam ao setor produtivo de forma mais ampla.

NOVE PROGRAMAS VENCEM ESTE ANO

As desonerações encerradas em 2016, no entanto, ainda respondem por uma pequena parcela daquilo que está em vigor. Até outubro do ano passado (dado mais recente), o governo abriu mão de R\$ 75,5 bilhões em impostos. Assim, as desonerações revistas respondem por apenas 4,4% do total renunciado pela União. Mesmo com essa pequena redução, o volume de tributos renunciados pelo governo no ano passado já ficou abaixo do total percebido em 2015, de R\$ 88,6 bilhões. Outros nove programas de incentivos devem ter vencimento em dezembro de 2017, entre eles o Inovar-Auto, para o setor automotivo, e os subsídios dados a projetos financiados pelos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste. Não há ainda uma definição sobre quais deles

poderão ser renovados ao fim da vigência. Em 2018, outros sete perdem vigência. Se não renovados, esses 16 programas permitirão a economia de outros R\$ 3 bilhões.

Outro incentivo que havia sido derrubado ainda por Medida Provisória em 2015 é a isenção de PIS/Cofins para smartphones, tablets e outros equipamentos eletrônicos. No entanto, esses incentivos foram retomados em 2016, por meio de uma liminar obtida pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). O GLOBO procurou os setores que foram afetados pelo fim das desonerações. A representante do setor sucroalcooleiro, Unica, afirmou que já esperava que a isenção de PIS/Cofins fosse encerrada, mas disse que ainda é cedo para avaliar o impacto no setor. O SindiTelebrasil, que representa as empresas de telecomunicação, informou, por nota, que “sempre defendeu a prorrogação do prazo de vigência do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga, por entender que esse projeto permite a ampliação das redes de banda larga, que se constitui no principal vetor de inclusão social e digital dos brasileiros”.

A Associação Nacional de Jornais (ANJ) explicou que uma Medida Provisória chegou a ser aprovada na Câmara ampliando a desoneração, mas o texto caducou no Senado, fazendo o incentivo desaparecer a partir de abril. A representante das petroleiras não quis se manifestar. Alguns programas, no entanto, foram renovados pelo governo em 2016. Entre eles, o Fundo da Marinha Mercante, que teve um decreto publicado em dezembro prorrogando-o por mais um ano. O Repetro, regime especial do setor de petróleo, não venceu em 2016, mas deve ser ampliado para além de 2019 em breve.

Para a especialista em contas públicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Margarida Gutierrez, as desonerações precisam ser revistas com cuidado, uma vez que, se por um lado elas representam um peso para os cofres, por outro podem prejudicar ainda mais o setor produtivo, que tenta sair da crise. Na avaliação dela, várias desonerações foram dadas sem critério nos últimos anos e precisam agora passar por um pente-fino. — O governo tem que rever todos os programas, de forma a deixar apenas aquelas desonerações que são fundamentais para a recuperação da economia. O simples fato de haver crise não é justificativa para deixar vigorar qualquer desoneração. É preciso fazer uma triagem, as desonerações têm que ser objeto de um estudo estratégico — ponderou.

AÇÃO NA OMC CONTRA O BRASIL

Se depender dos países da União Europeia e do Japão, os programas de incentivos adotados para estimular a economia, que preveem desonerações para banda larga, automóveis e bens de informática, já deveriam ter terminado.

Para isso, entraram com uma ação contra o Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), que preliminarmente já se mostrou contrária a esses benefícios.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Reforma inesperada

Mudanças no Ministério refletem endurecimento do chavismo e combate à crise.

CARACAS- Um ano depois da chegada da oposição ao controle da Assembleia Nacional (AN), e um dia antes de reformas anunciadas pela principal coalizão opositora do país, a Mesa de Unidade Democrática (MUD), o presidente venezuelano, Nicolás Maduro anunciou inesperadamente uma série de mudanças em sua equipe presidencial. Além de criar fusões no setor econômico do Gabinete, e nomear o irmão do falecido presidente Hugo Chávez, Adán Chávez, como ministro da Cultura, Maduro indicou o poderoso governador de Aráguá, Tareck El Aissami, para a vice-presidência, substituindo Aristóbulo Istúriz. (...)

INVESTIGAÇÕES DE NARCOTRÁFICO

Advogado criminalista formado pela Universidade de Los Andes, El Assaimi chegou à AN em 2005, após receber expressiva votação no estado de Mérida. Dois anos mais tarde tornou-se vice-ministro de Segurança Cidadã, e em seguida vice-presidente da Comissão Permanente de Família, Mulher e Juventude, e ministro do Poder Popular para Relações Interiores e Justiça, cargo que ocupou até 2012. Assim como outro grande nome do chavismo, o ex-presidente da AN Diosdado Cabello, El Assaimi é suspeito de ter ligações com o narcotráfico. Em plena crise financeira, com recessão e inflação em alta, Maduro anunciou a fusão de todas as pastas dedicadas a economia produtiva, indústria e comércio: eles se unem no Ministério de Economia e Finanças. O deputado Ramón Lobo Moreno será o ministro e também vice-presidente econômico.

Nelson Martínez, ex-presidente da petrolífera Citgo, assumirá o Ministério do Petróleo, substituindo Eulogio del Pino, que ficará restrito à presidência da petrolífera estatal PDVSA. Elias Jaua, nome do alto escalão do do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV, legenda do presidente) será chefe da pasta de Educação. Segundo Maduro, as decisões preveem um ano de recuperação “econômica, social e política”. Ele alfinetou a oposição pela recorrência de ações pela sua destituição durante 2016, em confronto aberto

com decisões do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ). Em tom ameaçador, Maduro não poupou críticas aos opositores. — Apesar das ameaças ao governo, 2016 culminou em paz e foi um ano de conquistas e avanço de grandes missões sociais — disse Maduro.

— Com o caminho que a AN escolheu trilhar, o que está surgindo é um cenário que resultará em sua autodissolução e na convocação de novas eleições. A decisão da oposição de renovar sua junta diretiva parlamentar reflete as dificuldades que a MUD enfrenta para explorar o descontentamento com o governo. Apesar de a rejeição ao presidente estar próxima dos 80% segundo o instituto Datanálisis, o apoio à coalizão opositora caiu de 45% para 38% nos últimos meses, segundo a empresa Keller e Associados. A razão estaria nos desacordos entre as diferentes lideranças e uma série de erros estratégicos, que culminaram no fracasso do referendo.

— Houve altíssimas expectativas que não foram satisfeitas. Faltou à oposição uma estratégia de poder — admitiu Jesús Torrealba, que poderá ser retirado do cargo de secretário-executivo da coalizão. O discurso da coalizão, após o congelamento das negociações com o governo, é “aumentar a pressão na AN e nas ruas”. A MUD, no entanto, não esclareceu se irá se concentrar nas eleições de governadores e prefeitos deste ano ou se insistirá no referendo, que em 2017 envolve somente a substituição de Maduro por seu vice e não as eleições presidenciais, como seria caso tivesse sido acontecido em 2016.

No setor financeiro, Itaú Unibanco PN subiu 0,42%; Bradesco PN, -0,63; Bradesco ON, -0,03%; Banco do Brasil ON, -0,52%; Santander unit, +0,45%; e BM&FBovespa ON, +1,88%.

A unit da Klabin liderou as quedas do Ibovespa, com -3,71%; no topo da lista de maiores altas, Usiminas PNA avançou 6,06%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: + ERRAMOS**+ ERRAMOS: O conteúdo desta página foi alterado para refletir o abaixo**

04/01/2017 , 23h30. A safra brasileira de cana de açúcar do ano passado foi de 655 milhões de toneladas de cana, e não de 600 mil, conforme informava versão anterior deste texto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Sem interessados, usina vai, de novo, a leilão**

Unidade sucroalcooleira do grupo indiano Renuka terá novo lance dia 23; desta vez, sem exigência de oferta mínima.

Sem atrair interessados em dezembro, a usina de etanol Mandhu, controlada pela companhia indiana Shree Renuka e que está em recuperação judicial, vai ser colocada, novamente, em leilão no próximo dia 23. A unidade sucroalcooleira de Promissão, no interior de São Paulo, foi a leilão no dia 22 de dezembro, com um lance mínimo de R\$ 700 milhões por seus ativos, mas não teve nenhuma oferta.

Uma fonte familiarizada com o assunto afirmou que no próximo leilão não haverá exigência de oferta mínima. Ou seja, os credores vão avaliar a melhor oferta, se houver. Caso não seja feito nenhum lance pela usina, como ocorreu em dezembro, os credores vão se reunir em uma assembleia, sem data ainda marcada, para decidir os próximos passos, segundo a mesma fonte.

Com várias usinas do setor com problemas financeiros e muitas delas à venda, há riscos de não ter interessados na usina do grupo indiano, segundo fontes ouvidas pelo Estado. Em crise. A companhia indiana, que entrou no Brasil nos anos 2000, tem quatro usinas no País – duas em São Paulo e duas no Paraná, todas em recuperação judicial.

As duas unidades de São Paulo estão sendo reestruturadas pela consultoria Galeazzi. A decisão de leiloar uma das duas usinas paulistas, aprovada pelos atuais administradores da companhia, foi exigência dos credores, entre eles os bancos Itaú, Bradesco, BNDES, além de fornecedores.

O grupo, que está em dificuldades financeiras e em recuperação judicial desde outubro de 2015, acumula dívida de cerca de R\$ 2,4 bilhões. Procurado,

nenhum portavoz do grupo foi encontrado pela reportagem. A Galeazzi não comenta o assunto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: 2017 será o 'ano da virada', diz Parente

Presidente da Petrobrás diz que paralisações trabalhistas não podem afetar metas da empresa.

O presidente da Petrobrás, Pedro Parente, voltou à intranet da empresa para se comunicar com os empregados na segunda-feira, primeiro dia útil do ano. Parente comentou possíveis efeitos, nas metas da empresa, das paralisações comandadas pelos sindicatos trabalhistas desde o fim do ano.

Convocou os funcionários a manterem o ritmo de trabalho porque, segundo ele, “2017 será o ano da virada da Petrobrás”. Diretoria e sindicatos discutem o acordo trabalhista de 2016 desde setembro, sem chegar a um consenso. A última proposta da empresa foi de reajuste retroativo de 6%, acrescido de 2,8% a partir de fevereiro. Um dos pontos mais polêmicos é a opção dada aos funcionários de adoção de uma jornada de trabalho e salários reduzidos.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP), representante da maior parte dos empregados, alega que não houve “uma mínima discussão com as entidades sindicais” sobre o tema, como afirmou o coordenador geral da entidade, José Maria Rangel, em vídeo divulgado no site da federação. Ele diz também que empresa e sindicatos chegaram a um impasse nas discussões em torno do acordo. Procurada, a Petrobrás não se posicionou.

No fim do ano, a empresa já havia divulgado carta aos funcionários argumentando que, sem um acordo, não seria possível pagar os reajustes retroativos antes das festas de fim do ano. Desta vez, Parente convocou os trabalhadores a focar na recuperação da empresa e não nas “compensações financeiras”.

“A régua que mede o compromisso da Petrobrás com os seus empregados não é a que concede correções acima da capacidade financeira da empresa, não é a que define projetos e procedimentos que explodiram o endividamento da companhia a ponto de colocar em risco a nossa sobrevivência. Essa régua foi usada no passado e já se provou equivocada”, afirmou. Parente diz ainda que, com trabalho árduo os objetivos serão alcançados.

Afirma também que, para isso, confia nos recursos humanos da Petrobrás, como na equipe de contingência que, destaca, passou o Natal e o ano novo “na linha de frente, garantindo a nossa produção, para evitar que paralisações no meu modo de ver totalmente injustificadas prejudicassem a empresa”. Para o presidente da Petrobrás, a missão de 2017 “é não deixar mais dúvidas de que a Petrobrás é uma empresa que cumpre suas metas”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt E Fernanda Guimarães

Título: Notas

Novo aumento nas siderúrgicas

Depois de aumentarem os preços do aço na virada do ano, as siderúrgicas não descartam um novo ajuste para a rede de distribuição, já no curto prazo. Isso porque o aumento de cerca de 10% que entrou em vigor neste mês apenas serve para cobrir custos, que cresceram muito com as fortes altas dos preços dos insumos. As margens seguem comprimidas e ainda não foram afetadas positivamente. Em 2016, as usinas promoveram cinco elevações de preços.

Prazo definido

Pedro Parente, presidente da Petrobrás, teria sinalizado a interlocutores que seu plano seria permanecer na estatal por cerca de dois anos, prazo esperado para o início da ‘virada’ (turnaround) da petroleira. Caso isso ocorra, ele poderia sair antes mesmo do fim do mandato de Temer. Meio ano depois de assumir a chefia da companhia, que esteve envolvida na operação Lava Jato, e após a venda de bilhões de reais em ativos, as ações da Petrobrás ficaram entre as que mais se valorizaram em 2016.

Fica

Além da presidência da Petrobrás, Parente é presidente do Conselho de Administração da BM&FBovespa. O cargo, aliás, vence em abril, e o executivo teria a intenção de permanecer na função. Quando assumiu a Petrobrás, em junho de 2016, ambas as companhias avaliaram que não havia conflito de interesse no exercício do executivo nos dois cargos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Internacional

Autor: EFE**Título: Maduro troca vice-presidente e reforma seu gabinete**

Governador de Aragua, Tareck El Aissami assume 1º lugar na linha sucessória do país; irmão de Chávez será ministro.

CARACAS - O presidente venezuelano, Nicolás Maduro, anunciou na noite de ontem mudanças na vice-presidência e no gabinete. As indicações conduziram a cargos-chave nomes mais radicais e integrantes do núcleo ligado à figura do ex-presidente Hugo Chávez na coalizão Grande Polo Patriótico. A troca mais relevante ocorreu na vice-presidência. Pela legislação venezuelana, o presidente tem a prerrogativa de nomear o primeiro da linha sucessória. (...)

O presidente também nomeou o deputado Ramón Lobo como Ministro da Economia e o veterano da indústria petrolífera Nelson Martínez como ministro do Petróleo. Eulogio Del Pino, ministro do Petróleo até ontem e presidente da estatal PDVSA, continuará comandando a empresa petrolífera. Um dos irmãos do presidente morto em 2013, Adán Chávez, foi nomeado ministro da Cultura.

Pressão. O governo da Colômbia pediu ontem que chavismo e oposição voltem à mesa de diálogo proposta pelo Vaticano. As negociações foram interrompidas após demonstrações mútuas de desconfiança. O Ministério das Relações Exteriores colombiano afirmou que um acordo é a "única solução" para a grave crise venezuelana.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Política****Autor: Julia Affonso, Ricardo Brandt E Fausto Macedo****Título: PF indiciou ex-gerente de Abreu e Lima**

A Polícia Federal indiciou o engenheiro Glauco Legatti, ex-gerente da Refinaria Abreu e Lima, empreendimento da Petrobrás em Pernambuco, por corrupção passiva e organização criminosa. O indiciamento também atribui os crimes de corrupção ativa, lavagem de dinheiro e organização criminosa ao engenheiro Shinko Nakandakari, apontado pela Lava Jato como operador de propinas, e ao executivo Erton Medeiros Fonseca, ligado à Galvão Engenharia.

Abreu e Lima, no Recife, foi o primeiro alvo da Lava Jato no âmbito da Petrobrás. A investigação apontou um superfaturamento bilionário na refinaria. Em novembro, Legatti procurou a força-tarefa da Lava Jato para prestar "esclarecimentos de forma espontânea", após ter sua tentativa de delação

premiada frustrada. O ex-gerente disse ter recebido propina da Odebrecht e de Shinko Nakandakari e entregou documentos que comprovariam as declarações.

O indiciamento de Legatti se refere a "crimes de corrupção passiva, por ter recebido vantagem indevida alcançada pela Galvão Engenharia, em razão da sua função como gerente da refinaria". O criminalista Luis Gustavo Rodrigues Flores disse apenas que o indiciamento de Legatti "não é surpresa". A defesa dos outros indiciados não foi localizada.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Preço da gasolina dispara e chega a R\$ 3,93 no DF

Quem saiu ontem para abastecer o carro se assustou com o aumento do preço dos combustíveis no Distrito Federal. Em alguns postos, o litro da gasolina passava de R\$ 3,90. A elevação também afetou o etanol, que chegava a ser vendido por R\$ 3,49.

“Os postos aumentam os preços sem explicação alguma. Chegou até a haver redução no fim do ano passado, mas todo mundo sabia que não ia durar muito. Eles se aproveitam do período de início de ano para prejudicar o consumidor. Para encher o tanque, vou gastar R\$ 190”, queixava-se o gerente comercial Valdo Inácio, de 43 anos, em um posto do Sudoeste onde o litro da gasolina saía por R\$ 3,89.

O Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do DF (Sindicombustíveis) informou, em nota, que, em 1º de janeiro, o governo federal retirou a isenção de PIS/Cofins sobre o etanol, decisão que pode provocar novos aumentos dos combustíveis. A elevação do etanol acaba puxando para cima o preço da gasolina, que tem álcool em sua composição.

A biomédica Cristiane Vieira, de 26 anos, contou que foi duas vezes a um posto do Cruzeiro nesta semana e encontrou preços bem diferentes em menos de três dias. “Na segunda-feira, a gasolina estava a R\$ 3,45 por litro. Hoje, subiu para R\$ 3,69. Está difícil usar o carro”, destacou Cristiane.

Disparidade - Apesar das altas já sentidas pelo consumidor, os custos podem subir ainda mais. Nos próximos dias, haverá nova reunião do Grupo Executivo de Mercado e Preços da Petrobras (GEMP), colegiado que, a cada 30 dias, define o preço dos combustíveis de acordo com as cotações internacionais, que estão em alta. O último encontro foi em 6 de dezembro. Na ocasião, a estatal elevou o preço do diesel nas refinarias em 9,5%, em média, e o da gasolina, em 8,1%.

O levantamento do Correio encontrou o preço mais alto em um posto do Paranoá, onde o litro da gasolina comum era vendido a R\$ 3,93. O valor mais baixo era praticado na Quadra 206 Norte do Plano Piloto — R\$ 3,51. Segundo o economista César Bergo, de 57 anos, a estratégia das grandes redes de revenda acaba penalizando o consumidor das regiões de menor poder aquisitivo. “Em bairros mais ricos, elas vendem mais combustível. Já nas regiões carentes, a demanda é menor. Para compensar, as empresas acabam aumentando o preço nessas regiões. Ou seja, os postos cobram menos de quem pode pagar mais. Além disso, a nova política da Petrobras segue o mercado internacional, e a elevação do Pis-Cofins sobre o etanol afeta diretamente o preço da gasolina”, destacou César.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Descoberta de óleo e gás no país cai 70% em 2016

Em meio à queda dos investimentos das petroleiras no setor de exploração, as descobertas de petróleo e gás alcançaram em 2016 os níveis mais baixos desde 1999, ano que marcou o início das rodadas de licitação de blocos exploratórios no país. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), foram identificados, no ano passado, 22 indícios de óleo e gás.

O número representa queda de 70% frente a 2015 e só não é menor que o registrado em 1998, quando apenas nove descobertas foram anunciadas. O declínio reflete o menor esforço exploratório das companhias, que tende a impactar, no longo prazo, a capacidade das petroleiras de aumentarem suas respectivas produções.

As consequências da redução dos investimentos das empresas na exploração ao longo dos últimos anos já foram sentidas em 2016. Os dados da ANP mostram que nenhum campo offshore (marítimo) de petróleo ou gás foi declarado comercial no ano passado.

Em 2016, as petroleiras declararam a comercialidade de apenas dois campos terrestres: Gavião Preto, operado pela Parnaíba Gás Natural, na Bacia do Parnaíba; e Guriatã, operado pela Petrobras na Bacia do Recôncavo. Para efeitos de comparação, em 2015 foram 12 campos declarados comerciais.

Com cortes de investimentos das petroleiras, em meio ao cenário de baixa dos preços do barril, e pelo intervalo de cinco anos sem rodadas de concessão (entre 2008 e 2013), a atividade de exploração praticamente parou em 2016.

A recuperação do setor dependerá essencialmente das petroleiras privadas, porque o plano de negócios da Petrobras indica que a companhia pretende manter em baixa os investimentos em exploração, nos próximos anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:

Título: O Pró-Álcool visto no exterior

O programa do álcool foi iniciado em novembro de 1975 pelo governo Geisel como uma solução brasileira e original para a crise energética de 1973, em que o custo do petróleo importado sofreu um enorme aumento de preço, agravando o balanço das contas externas do país. Além disso, ajudou a indústria açucareira local, que estava atravessando sérias dificuldades.

Etanol produzido a partir da cana de açúcar é um excelente combustível e substituiu bem uma fração da gasolina usada nos motores existentes na época, possibilidade que já era bem conhecida desde o início do século XX.

Sucedeu que em 1976, produzir um litro de etanol custava cerca de três vezes mais do que o custo de um litro de gasolina a preços internacionais.

O programa do álcool movimentava hoje cerca de US\$ 20 bilhões por ano e gera cerca de 1 milhão de empregos.

O governo aumentou o preço da gasolina e indexou o preço do álcool a ele. A retórica nacionalista do governo fez com que isto fosse aceito pela população. Ao longo de três décadas, até 2005, o total destes subsídios foi de cerca de US\$ 30 bilhões.

Esta era uma situação que não poderia persistir para sempre. No exterior, e mesmo no Brasil, economistas apontaram claramente os aspectos negativos do programa que exigia subsídios para sobreviver.

O que salvou o projeto nestas circunstâncias foi o fato de que a sua expansão levou à redução de custos de produção, graças aos avanços tecnológicos, como ocorre com frequência em processos similares em muitas outras áreas da economia.

No período inicial do programa, de grande expansão, o custo de produção do etanol caiu cerca de 70% a cada vez que a produção acumulada dobrou.

Em 2004, o custo da produção de etanol já era inferior ao da gasolina, o que tornou o programa economicamente saudável. A necessidade de elevados

subsídios na sua fase inicial foi uma das razões por que outros países, mesmo sendo grandes produtores de cana de açúcar, como a Índia e África do Sul, não tentaram repetir o sucesso brasileiro.

Os Estados Unidos, contudo, decidiram fazê-lo por volta do ano 2000, usando milho como matéria prima, já que a cana de açúcar não cresce bem naquele país, devido às vantagens ambientais, estabelecidas pelo programa brasileiro já no início do programa.

O autoritarismo nacionalista do governo militar com o programa levou ao desenvolvimento de motores que usassem etanol puro e não misturado à gasolina. Os motores existentes na época só permitiam misturar até 20-25% de álcool na gasolina.

Motores de álcool puro foram desenvolvidos em centro tecnológico, o que se constituiu num sucesso. Mas quando o custo do petróleo caiu na década de 1990 e ocorreu falta de álcool para atender à demanda de uma frota crescente de automóveis usando álcool puro, o programa enfrentou uma fase crítica e correu o risco de ser abandonado.

Esta crise só foi resolvida em 2005, quando o governo do Estado de São Paulo estimulou o uso de motores "flex-fuel", que permitiam o uso de uma mistura de etanol e gasolina em qualquer proporção, variando de zero a 100% de (etanol puro ou gasolina pura).

Este avanço tecnológico "salvou" o programa, permitindo que uma frota de dezenas de milhões de automóveis agora circule pelo Brasil consumindo quase 30 bilhões de litros de etanol (e cerca de 60 bilhões de litros de gasolina).

O uso de motores "flex-fuel" fez com que o Brasil deixasse de ser o "único" país a usar etanol, quer em misturas ou puro. Outros países misturam apenas de 10 a 15% de etanol na gasolina.

Países da Europa e a China seriam excelentes candidatos para o uso de etanol de cana de açúcar nos seus automóveis devido às suas preocupações com as emissões de gases resultantes do uso de gasolina, que são os principais responsáveis pela poluição local e também responsáveis pelo aquecimento global.

Isto não aconteceu até agora, provavelmente por interesses comerciais locais já que na Europa o etanol é produzido a partir de beterraba ou outros produtos agrícolas, que não conseguem competir com o etanol da cana de açúcar, que seria importado do Brasil.

Esta competição comercial foi alimentada por estudos equivocados de alguns pesquisadores que argumentam que a expansão da produção de etanol em países como o Brasil ou a África acabaria por reduzir a produção de alimentos. O debate que estas análises provocaram lembra muito as discussões que ocorreram várias décadas atrás sobre a redução do uso do cigarro a que as empresas produtoras de tabaco se opuseram.

Estes e muito outros aspectos do programa do álcool no Brasil foram reunidos num livro organizado pelo professor Luis Augusto Barbosa Cortez, da Unicamp, intitulado "Proalcool 40 anos (1975-2015)" publicado pela Editora Edgard Blucher e apoiado pela Fapesp (Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo).

O seu lançamento foi objeto de uma discussão aprofundada sobre o assunto na própria Fapesp no mês de novembro, em que foram ressaltados os avanços tecnológicos que tornaram possível o programa apesar das dificuldades que enfrentou. O Brasil se tornou um líder mundial incontestemente nesta área.

Ao longo dos anos, desde 1975, foram publicados em revistas nacionais e internacionais mais de 900 artigos sobre os desenvolvimentos científicos e tecnológicos que aumentaram a produtividade de 3.500 litros de etanol por hectare para mais de 6 mil litros por hectare.

Existem queixas e insatisfações de vários tipos com a demora da pesquisa científica e tecnológica em dar resultados e com o que alguns consideram ser sua insuficiente contribuição para resolver os problemas econômicos e sociais do país. O sucesso do programa do álcool desmente frontalmente tais percepções. Ele movimenta hoje cerca de US\$ 20 bilhões por ano na economia e gera cerca de 1 milhão de empregos.

Oxalá tivéssemos mais destes sucessos no país.

José Goldemberg, ex-reitor da Universidade de São Paulo, é presidente da Fapesp.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras no Chile

A Petrobras concluiu ontem a venda de 100% da Petrobras Chile Distribución (PCD) para a Southern Cross Group. Segundo a empresa, o valor da entrada de caixa resultante da operação foi de US\$ 470 milhões, dos quais US\$ 90 milhões oriundos da distribuição de dividendos líquidos de impostos da PCD, ocorrida em 9 de dezembro, e os demais US\$ 380 milhões foram pagos ontem pela Southern Cross. Este valor ainda está sujeito a ajustes finais. A PCD era o braço de distribuição de combustíveis da Petrobras no Chile, com 279 postos de serviços, uma unidade de lubrificantes, oito terminais de distribuição, operações em onze aeroportos e participação em duas empresas de logística.

Elétricas atrativas

O Goldman Sachs elevou a avaliação das empresas do setor elétrico brasileiro de neutra para atrativa, citando oportunidades atrativas de investimentos no setor de transmissão de energia, devido às taxas de retorno mais elevadas. Entre as principais mudanças nas recomendações, o banco reduziu a recomendação das ações da Cemig de neutra para venda, e elevou Cteep e Equatorial de neutras para venda. As ações da Eletropaulo tiveram a recomendação elevada de venda para neutra, apesar do cenário ainda desfavorável enfrentado pela distribuidora, refletindo a avaliação de que os desafios enfrentados já estão incorporados no preço das ações. Em geração, o principal nome é a AES Tietê, refletindo o preço mais baixo que os de seus pares, além do pagamento de dividendos acima da média.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Capacidade limitada de transmissão afeta usinas do Madeira

Com a autorização dada esta semana pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a operação comercial das seis últimas turbinas da hidrelétrica de Santo Antônio, a usina, juntamente com a de Jirau - as duas do complexo hidrelétrico do rio Madeira, em Rondônia - estão com as cem máquinas disponíveis para produção de energia, totalizando juntas 7.318 megawatts (MW) de capacidade instalada. Esse total, no entanto, só poderá ser de fato entregue ao sistema em dezembro, quando está prevista a conclusão de um conjunto de obras de transmissão necessárias para eliminar as limitações do sistema atual.

"Em dezembro de 2017, com a entrada das linhas de transmissão em 500 kV (quilovolts) entre as subestações Araraquara 2 e Fernão Dias e Araraquara 2 e

Itatiba, será possível manter o escoamento pleno dos bipolos [linhas de transmissão] eliminando totalmente as limitações", informou o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em relatório.

Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, com a limitação atual do sistema de transmissão do Madeira, as hidrelétricas do complexo precisam operar com uma capacidade menor que a permitida. "No modelo previsto inicialmente, se um dos linhões 'cair', o outro linhão absorve 70% da energia que estava sendo fornecida pela linha que caiu, sem muitos transtornos. Mas hoje se o linhão 'cai', ele derruba a carga de Rondônia e Acre, por exemplo", afirmou ela.

Hoje, o limite de escoamento de energia das hidrelétricas do rio Madeira está entre 3.600 MW e 3.850 MW, o equivalente à metade da capacidade total das duas usinas. Para fevereiro deste ano, está prevista a entrada em operação do primeiro polo do segundo linhão do rio Madeira - que pertence a consórcio formado pela espanhola Abengoa (51%) e a Eletronorte (49%) -, o que permitirá a elevação da capacidade de escoamento de energia das duas hidrelétricas para 5.425 MW, ou quase 75% da capacidade total das usinas.

Em abril, está prevista a entrada em operação do segundo polo do segundo linhão. Com isso, o limite de escoamento alcançará 5.700 MW, ou 78% da capacidade plena das hidrelétricas do rio Madeira.

Segundo o ONS, em julho está prevista a entrada em operação da linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté, da paranaense Copel, o que levará a capacidade de escoamento para 7 mil MW. E, no fim deste ano, é esperada a energização das linhas Araraquara 2 - Fernão Dias e Araraquara 2 - Itatiba, ambas da concessionária Genebra, formada por Copel (50,1%) e Furnas (49,9%), viabilizando o escoamento pleno da energia das duas usinas do Madeira.

"Destaca-se que, do ponto de vista energético, essas usinas são consideradas a fio d'água, isto é, não possuem reservatórios para armazenamento de água. Portanto, seu perfil de geração será semelhante ao perfil sazonal de suas afluições, apresentando oferta hidroelétrica abundante no primeiro semestre (estação chuvosa), podendo produzir sua capacidade máxima de geração, e reduzida no segundo semestre (estação seca), podendo gerar, em média, 2.000 MW médios", completou o ONS.

O operador acrescentou ainda que o regime de geração de energia do complexo do rio Madeira, caracterizado pelo modelo a "fio d'água", permitirá que outras usinas do sistema brasileiro armazenem um volume maior de água nos reservatórios, durante o período chuvoso. Dessa forma, essas usinas iniciarão o período seco, a partir de abril, com níveis mais elevados de estoque.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), a implantação da hidrelétrica de Santo Antônio faz parte de um "conjunto de obras planejadas para dotar o país da infraestrutura de energia elétrica necessária para permitir o seu desenvolvimento com maior segurança". Segundo o órgão, a usina tem capacidade para fornecer energia para abastecer cerca de 6 milhões de habitantes.

Santo Antônio pertence a Furnas, Cemig, Odebrecht, Saag Investimentos (controlado pela Andrade Gutierrez) e o fundo Amazônia Energia. Já Jirau pertence à Engie, Mitsui, Eletrosul e Chesf.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: PwC e Ceres prestarão consultoria às distribuidoras da Eletrobras

A PriceWaterhouseCoopers (PwC) e a Ceres Inteligência Financeira venceram a licitação realizada pelo BNDES para a contratação de consultorias para auxiliar a instituição estatal no processo de privatização das seis distribuidoras integrais da Eletrobras. Os documentos relativos ao resultado da licitação foram divulgados ontem pelo banco.

A Ceres venceu a concorrência para os serviços de avaliação econômico-financeira, aceitando remuneração de R\$ 2,23 milhões. O preço-teto previsto em edital era de R\$ 7 milhões. Participaram da licitação 14 concorrentes.

Com relação à concorrência para serviços de avaliação econômico-financeira e serviços jurídicos, contábeis, técnico-operacionais e outros serviços profissionais especializados, o consórcio liderado pela PwC venceu aceitando remuneração de R\$ 17,7 milhões, ante o teto proposto de R\$ 40,8 milhões. Participaram da concorrência oito licitantes.

A Eletrobras pretende privatizar este ano suas seis distribuidoras integrais, localizadas nos Estados de Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima. O BNDES será responsável pelo processo de privatização.

Em 2016, o BNDES realizou a privatização da Celg Distribuição (Celg D), que pertenciam à Eletrobras (51%) e ao governo de Goiás (49%). O leilão foi vencido pelo grupo italiano Enel, único concorrente, com lance de R\$ 2,187 bilhões, com ágio de 28,03% sobre o preço mínimo estabelecido, de R\$ 1,7 bilhão. A Celg D é a terceira distribuidora brasileira da Enel, que já possui uma empresa do tipo no Rio de Janeiro e no Ceará.

Apesar de ter sido considerado um sucesso, o leilão da Celg D despertou preocupação no mercado, pois a ausência de mais competidores serviu de alerta para o governo, com relação à privatização das demais distribuidoras. As concessionárias do Norte e Nordeste são consideradas menos atrativas do ponto de vista financeiro e operacional do que a Celg D.

Para a Eletrobras, as distribuidoras atrairão interesse do mercado, mas serão licitadas por valores mais baixos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Cresce a produção fora do âmbito da Petrobras no país

O avanço do programa de venda de ativos da Petrobras e o leilão do pré-sal prometem reacender, a partir deste ano, o movimento de desconcentração da produção de óleo e gás no Brasil. Embora a companhia continue sendo responsável pela operação dos principais projetos previstos para 2017, a expectativa da empresa é reduzir sua produção este ano, enquanto a trajetória de crescimento das petroleiras estrangeiras e privadas nacionais tende a se intensificar.

Ao longo de 2016, a parcela da produção não Petrobras ganhou mais importância no país: cresceu 14% e atingiu, em média, 457 mil barris diários de petróleo no acumulado do ano até novembro. Esse aumento foi puxado, sobretudo, por companhias como Shell, Petrogal e Repsol Sinopec (sócias da estatal no campo de Lula, no pré-sal), segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Os dados operacionais da estatal, por sua vez, se mantiveram praticamente estáveis e a participação das demais petroleiras na produção nacional, que em 2015 era de 16,5%, subiu para 18,4%.

"Esse é um movimento natural, porque a principal fronteira de produção de petróleo, hoje, é o pré-sal. São projetos que foram leiloados sob o regime de concessão para consórcios operados pela Petrobras em parcerias com sócios e que estão compensando o declínio dos campos do pós-sal, onde muitos projetos são operados 100% pela estatal. É por isso que a produção fora [da Petrobras]

cresce, proporcionalmente, mais que a da Petrobras", explica o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires.

A tendência é que, nos próximos anos, esse movimento de desconcentração se intensifique. A conclusão da venda de ativos da Petrobras e o início da produção de projetos importantes no pré-sal, onde a estatal divide fatias relevantes da produção com suas sócias, têm potencial para aumentar em 90%, ou cerca de 415 mil barris/dia, a produção das demais petroleiras a partir deste ano, para algo em torno de 870 mil barris diários de óleo.

Na lista de venda de ativos previstos para serem concluídos este ano estão os 35% do campo de Lapa (BM-S-9), que começou a produzir em dezembro e cuja operação foi vendida para a Total; os 100% de Baúna e 50% de Tartaruga Verde, ambos na Bacia de Santos, para a Karoon; e os nove campos em águas rasas no Ceará e Sergipe e as 104 concessões terrestres que compõem o Projeto Topázio.

Já entre os projetos previstos para começar a operar em 2017 estão as áreas de Lula Sul e Lula Norte, operados pela Petrobras em sociedade com a Shell e Petrogal; o teste de longa duração de Libra, também no pré-sal da Bacia de Santos e que têm a Shell, Total, CNPC e CNOOC entre os sócios; e o projeto de Atlanta, no pós-sal da Bacia de Santos, operado pela Queiroz Galvão Exploração e Produção, em sociedade com a Barra Energia e OGX.

Diretor executivo da Accenture Strategy Energy, Matheus Nogueira, destaca, contudo, que o número de projetos operados por empresas privadas ainda é baixo e que o mercado brasileiro ainda se mostra altamente concentrado nas mãos da Petrobras nesse quesito. Ele ressalva que, embora as petroleiras estrangeiras "surfem na onda" do aumento da produção nas reservas do pré-sal, esses projetos são operados pela estatal.

Nogueira lembra que a diversificação do setor começou ainda no fim da década de 1990, com a quebra do monopólio da Petrobras e o início das rodadas de concessão, no país, mas que esse movimento de desconcentração sofreu um retrocesso a partir de 2010, quando foi instituída a exclusividade da Petrobras na operação do pré-sal. Segundo a Accenture, a participação das petroleiras nos investimentos em exploração e produção, que chegou a atingir 29% (US\$ 9 bilhões) em 2010, caiu para 7% (US\$ 1 bilhão) em 2016.

Na avaliação de Nogueira, contudo, o fim do monopólio da Petrobras na operação dos campos do pré-sal e a realização do leilão das áreas unitizáveis (descobertas cujos reservatórios extrapolam os limites da concessão para áreas da União ainda não licitadas) abrem espaço para as demais petroleiras no médio prazo.

Na licitação prevista para este ano serão oferecidas as áreas unitizáveis a concessões operadas por algumas gigantes do setor, como a Statoil, que opera

Carcará, e Shell, operadora de Gato do Mato, ambos no pré-sal da Bacia de Santos.

"A concentração das operadoras cresceu no Brasil nos últimos anos. Olhando para frente, para reverter essa tendência, há duas alavancas: a venda de ativos da Petrobras em campos maduros, onde há hoje subinvestimento da estatal na recuperação desses ativos; e o leilão das áreas unitizáveis. Essa rodada pode acelerar a produção de outras operadoras, já que as áreas licitadas exigem campanhas exploratórias mais curtas", afirma o consultor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Statoil vai perfurar 30 poços e ressalta Brasil

A petroleira norueguesa Statoil planeja perfurar cerca de 30 poços de exploração neste ano, número 30% maior que o total de poços perfurados no ano passado. A maior parte dos poços será perfurada na plataforma continental norueguesa (NCS, na sigla em inglês), mas a empresa também destaca o Brasil na sua campanha de exploração para 2017, ressaltando que o país "tornou-se ainda mais importante no portfólio" da companhia.

"O próximo programa de poços é equilibrado entre bacias conhecidas e oportunidades em novas fronteiras, afirmou Tim Dodson, vice-presidente-executivo de Exploração da Statoil, em nota.

No ano passado, a Statoil perfurou 23 poços de exploração, como operadora ou em parcerias, sendo 14 deles na NCS. Em 2017, a empresa pretende perfurar entre 16 e 18 poços na região. Segundo a petroleira, novas descobertas são "cruciais" para neutralizar o declínio da produção na NCS.

No plano internacional, a atividade de exploração da Statoil incluirá oportunidades de crescimento em bacias onde a companhia já está estabelecida, bem como oportunidades em áreas de novas fronteiras. "Seguindo nossa aquisição como operador da descoberta de Carcará, no último verão, o Brasil tornou-se ainda mais importante para o portfólio da Statoil", completou Dodson.

No fim de 2016, a Petrobras concluiu a venda de 66% em Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos, para a Statoil. A norueguesa pagou US\$ 1,25 bilhão, o equivalente a 50% do montante total do negócio. O restante está condicionado a eventos subsequentes. Os demais sócios são Petrogal Brasil (14%), QGEP (10%) e Barra Energia (10%).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás e Ivo Ribeiro****Título: Usinas reajustam preço para distribuição e montadoras**

A partir de hoje, o aço laminado a quente e a frio vendido pela Usiminas a distribuidoras e clientes industriais será reajustado de 7,6% a 8,6%%, seguindo a tendência iniciada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no primeiro dia de janeiro, que aplicou 8% a 10%, segundo fontes do mercado. ArcelorMittal Tubarão e Gerdau vão acompanhar as concorrentes na próxima semana.

Com montadoras de veículos, as negociações se arrastaram por meses, mas, finalmente, foi fechado aumento de 20% a 25% no preço do aço plano, em vigor desde o início do ano. As montadoras têm contratos anuais de fornecimento e é considerado um nicho "premium" devido ao alto valor agregado dos materiais. As tratativas costumam ser muito acirradas e desde 2014 o aço desse cliente não subia.

O argumento das usinas é que precisam recompor margens com a escalada de custos das matérias-primas - minério de ferro em US\$ 77 a tonelada e carvão a US\$ 250 - e o espaço se abriu após a valorização do aço internacional. Nos últimos 12 meses, os preços do aço quase dobraram nos Estados Unidos e na China e, com isso, o produto nacional estava sendo vendido a um desconto próximo a 1% ante o importado. Tradicionalmente, há um prêmio de até 10%.

Usiminas é a maior beneficiada e pode engordar seu resultado em até R\$ 650 milhões, calcula Bradesco BBI.

Os investidores se animaram com a medida. As ações preferenciais de classe A da Usiminas fecharam o pregão de ontem em alta de 5,8%, a maior do Ibovespa, para R\$ 4,54. Os papéis da CSN avançaram 0,2%, para R\$ 38,95.

Com esses aumentos, as siderúrgicas dão o pontapé inicial para um 2017 em que há perspectiva melhor para seus resultados. Desde abril, a alta atinge em torno de 60%. Analistas, porém, acreditam que o ano será essencial para que as companhias arrumem as finanças e se tornem mais saudáveis daqui para frente.

Em grande parte muito endividadas - a Usiminas escapou da recuperação judicial no início de 2016 -, as empresas vão continuar enfrentando o fantasma das importações, ao mesmo tempo que tentarão vender no exterior excedente de produção não absorvido no retraído mercado brasileiro.

A empresa mineira precisa em torno de R\$ 1,2 bilhão em lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) anual para investimentos e serviço da dívida. A primeira prova virá em 2018, quando R\$ 558 milhões em obrigações vencem. Sua dívida total é de R\$ 6,95 bilhões.

Uma parte da reestruturação - depois de aumento de capital e adiamento da dívida - ainda precisa ser concluída, com o acesso ao caixa da Mineração Usiminas (Musa), em R\$ 700 milhões - a decisão está prevista para dia 10 -, e a rolagem de US\$ 180 milhões em bônus. A empresa não comentou reajuste de preços.

"A Usiminas agora tem muito mais tempo para esperar a retomada da demanda, que levaria a uma melhora significativa de seus resultados", escrevem os analistas Leonardo Correa e Caio Ribeiro, do BTG Pactual, em relatório. Só com os reajustes agora de janeiro, o Citi crê que o Ebitda da siderúrgica possa ser reforçado em quase 50%, enquanto o Bradesco BBI fala em cifra de R\$ 650 milhões.

O BTG prevê aumento de 14% na receita líquida da siderúrgica e de 9,5% no Ebitda em 2017. A projeção, contudo, ainda é de prejuízo.

A CSN também se beneficia dos reajustes do aço, embora menos do que a Usiminas. A empresa é a segunda maior fabricante de aços planos, atrás da mineira. "Esperamos que a divisão de aço da CSN se recupere no ano. Novos reajustes são pontos positivos que podem ajudar a companhia", escrevem Ivano Westin e Renan Criscio, do Credit Suisse.

A empresa tem outra fonte para engrossar seus resultados: a Congonhas Minérios. O mesmo fator que corroeu margens da venda de aço também garante melhor resultado à CSN, que tem como meta embarcar 30 milhões de toneladas no ano. O Credit estima custo de US\$ 30 a tonelada, ante US\$ 32,40 no fim de 2016, gerando mais rentabilidade.

Mas o grande problema da CSN continua a ser a dívida, de R\$ 31,5 bilhões. Neste ano, os pagamentos são previstos em R\$ 1,5 bilhão e no ano que vem, em R\$ 5,6 bilhões. "A habilidade da companhia em conseguir vender ativos e rolar a dívida vai ser o ponto-chave a ser observado", dizem Westin e Criscio. As contas do Credit apontam para crescimento de 15,8% na receita da empresa e de 31,9% no Ebitda.

No caso da Gerdau, líder em aços longos, a situação é um pouco mais delicada no Brasil. Os setores de construção civil e infraestrutura, seus grandes clientes, seguem paralisados após uma longa depressão. O BTG ressalta que demanda interna e produtos com menores margens devem pressionar o balanço do

quarto trimestre, mas classifica o ocorrido como "série de eventos não recorrentes".

Nos Estados Unidos, todavia, o cenário está montado para o grupo gaúcho crescer. Ações de defesa comercial já afastaram o temor das importações e Donald Trump, novo presidente americano, promete mais investimento em infraestrutura. "Nossa ressalva é que os planos de Trump dificilmente levarão a uma virada muito rápida nos gastos em infraestrutura", opina o Credit. Os potenciais frutos a serem colhidos, acrescenta o banco, seriam mais para o longo prazo, até 2020.

Os bancos preveem alta de até 7% na receita e de 20% no Ebitda. O Credit calcula lucro de R\$ 626 milhões e o BTG, de R\$ 199 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Em carta, CEO da Petrobras critica proposta de greve

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, enviou uma carta aos funcionários da empresa, esta semana, para se posicionar contra a greve costurada pelos petroleiros. O executivo destacou que 2017 será o "ano da virada" da companhia e pediu foco dos trabalhadores no cumprimento das metas do plano de negócios.

A missão da estatal, segundo Parente, "é não deixar mais dúvidas" de que a Petrobras é uma empresa que cumpre as suas metas, entrega resultados e está comprometida com a segurança operacional.

"Será o ano em que seremos medidos pelo cumprimento das promessas ousadas que nós fizemos no nosso planejamento estratégico. Será um trabalho árduo e nós sabemos disso. O que eu gostaria de dizer é que não tenho nenhuma dúvida de que esses objetivos serão alcançados", disse Parente, em carta compartilhada na intranet, na segunda-feira (02/01).

A meta da empresa é produzir 2,07 milhões de barris diários de óleo este ano. A Petrobras tem como meta também antecipar para 2018 a redução da alavancagem para 2,5 vezes a relação entre dívida líquida/Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

O executivo classificou como "totalmente injustificadas" as paralisações promovidas pelos sindicatos às vésperas do Natal e elogiou as equipes de contingência que "passaram o natal e ano novo na linha de frente" da operação.

A categoria e a estatal negociam desde setembro o acordo coletivo e ainda não chegaram a um consenso. A última proposta apresentada pela estatal prevê um reajuste salarial de 6% retroativo a setembro e de mais 2,8% a partir de fevereiro. Os trabalhadores rejeitaram a oferta da companhia e contestam, ainda, a proposta da Petrobras de redução, opcional, da jornada de trabalho, em 25%, com redução proporcional no salário.

Ontem, a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) aprovou um calendário de mobilizações: entre os dias 9 e 16 de janeiro, a FNP vai realizar mobilizações em todas as suas bases.

Parente defendeu que o compromisso da empresa com seus empregados não pode ser medido exclusivamente a partir de compensações financeiras e questionou a política de remuneração adotada pelas gestões passadas.

"A régua que mede o compromisso da Petrobras com seus empregados não é a que concede correções acima da capacidade financeira da empresa, não é a que define projetos e procedimentos que explodiram o endividamento da companhia a ponto de colocar em risco a nossa sobrevivência. Essa régua já foi usada no passado e já se provou equivocada. A medida que expressa o nosso compromisso com a nossa força de trabalho é a recuperação da Petrobras", disse.

MME / ASCOM